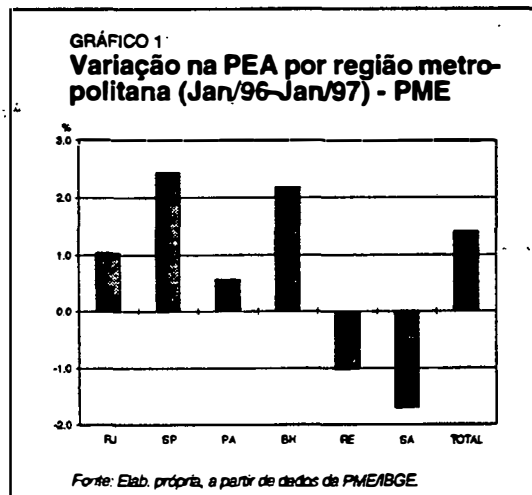


TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

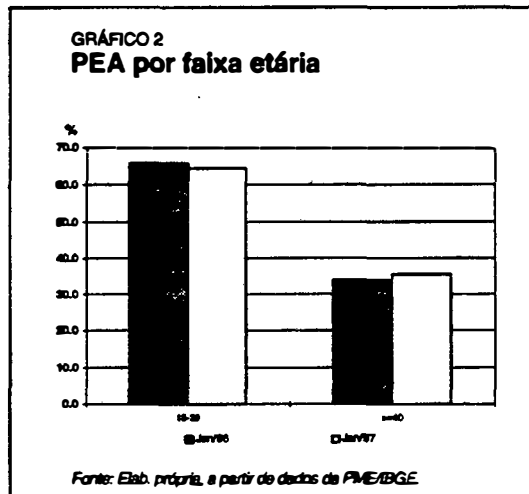


População Economicamente Ativa (PEA), que cresceu quase que continuamente de janeiro a setembro de 1996, chegando a uma expansão acumulada de 4,4% neste período, passou por forte contração no final do ano, de tal modo que o crescimento entre janeiro de 1996 e de 1997 ficou limitado a 1,4% (ver Tabela A.1.1, no Anexo Estatístico), de acordo com os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE. Em termos regionais, houve claros contrastes: enquanto em São Paulo o crescimento de ponta a ponta chegou a 2,4% e em Belo Horizonte a 2,2%, nas metrópoles nordestinas, Salvador e Recife, observaram-se contrações de 1,4% e 1,7%, respectivamente.



Este crescimento da PEA, da ordem de 239 mil pessoas em termos absolutos, foi mais marcante entre as mulheres do que entre os homens. Entre estes houve um aumento absoluto de 36 mil, o que equivale a uma expansão da PEA masculina de 0,4% no ano, enquanto entre aquelas o aumento absoluto foi de 203 mil, o que corresponde a um crescimento de 3,1%. Estes números revelam, na verdade, a queda na taxa de participação masculina no mercado de trabalho e a manutenção desta para as mulheres (ver Tabela A.1.5).

No que diz respeito à desagregação por faixa etária, ocorreu uma queda na PEA para todas as faixas abaixo de 40 anos e um aumento para todas aquelas acima dos 40, de tal sorte que a participação das primeiras no total recuou de 66% em janeiro de de

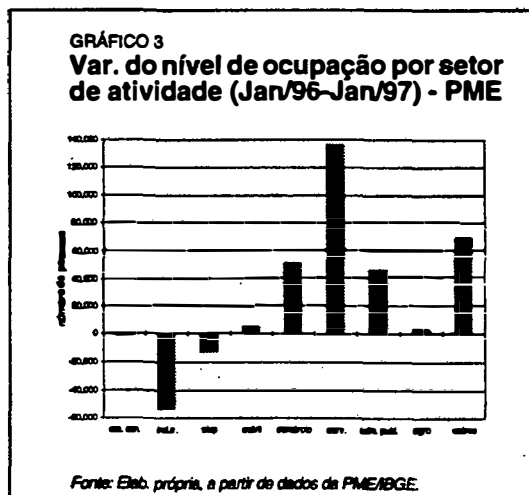


1996 para 64,5% em janeiro do corrente, com a óbvia contrapartida em relação às mais elevadas (ver Gráfico 2).

A taxa de participação no mercado de trabalho declinou ligeiramente neste mesmo intervalo, valendo atentar para o fato de que isto ocorreu para todas as regiões metropolitanas (ver Tabela A.1.4).

NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO

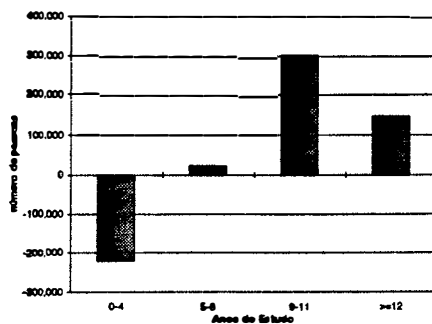
De forma similar ao que aconteceu com a PEA, o nível de ocupação cresceu durante boa parte de 1996 e declinou acentuadamente no seu final, sendo que o crescimento de janeiro a janeiro foi de 1,6%, ainda segundo a PME. Em termos absolutos isto correspondeu à criação de 248 mil novos postos de trabalho. Em termos da composição desta variação por setores de atividade, mais de 50% deste incremento



aconteceu no setor de serviços, enquanto que, no extremo oposto, houve a destruição de cerca de 50 mil empregos na indústria de transformação (isto apesar da expansão observada no terceiro trimestre).

Quanto ao nível de escolaridade, houve perda líquida de mais de 200 mil postos de trabalho para os grupos de menor instrução, tendo por contrapartida uma expansão de quase 450 mil empregos para aqueles com educação superior e, principalmente, secundária (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Var. do nível de ocupação por grau de escolar. (Jan/96-Jan/97) - PME



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/BGE.

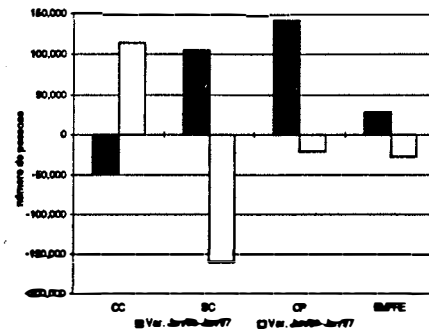
Vale ainda observar que, como reflexo do crescimento da presença feminina na PEA, o aumento do nível de ocupação foi mais marcante para as mulheres - quase 200 mil - do que os homens - da ordem de 50 mil (ver tabela A.2.4). De forma análoga, os trabalhadores em faixas etárias acima dos 40 anos aumentaram sua participação na PEA ocupada, enquanto os demais experimentaram uma redução.

INFORMALIDADE

Provavelmente o fato mais interessante acerca das mudanças na composição da ocupação seja aquele retratado no Gráfico 5, a seguir. Lá são contrastadas as variações nesta composição de acordo com a posição na ocupação para dois períodos: entre janeiro e junho de 1996 e entre janeiro de 1996 e 1997. Apesar de, em termos líquidos, ter havido uma diminuição do emprego com carteira no intervalo como um todo, acompanhada de uma elevação de todas as demais categorias, observou-se uma forte recuperação desta forma de inserção no mercado de trabalho no segundo semestre, em conjunto com uma queda em todas as outras.

Isto pode ser interpretado, conforme já assinalado no último número desta publicação, como uma evidência de que o complemento declinante do grau de formalização que vinha sendo observado no final

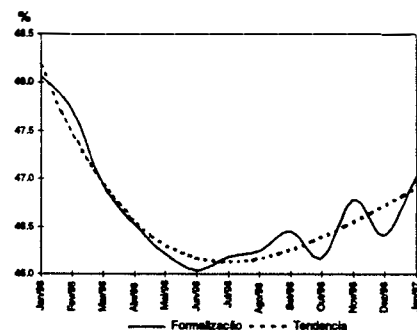
GRÁFICO 5
Nível de ocupação por posição na ocupação - PME



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/BGE.

de 1995 e início de 1996 não pode ser atribuído meramente às transformações estruturais em curso na economia brasileira, parecendo lícito associá-lo em boa medida ao desempenho do nível de atividade. De fato, como mostrado no Gráfico 6, o segundo semestre foi marcado por uma recuperação do grau de formalização do emprego, indicando uma aparente reversão na tendência dantes observada. Desnecessário frisar, esta reversão é ainda incipiente e pode estar afetada por fatores sazonais, além do que o nível de formalização ainda encontra-se aquém do desejável, e mesmo do observado em período não muito distante. É inegável, porém, que a recuperação aconteceu em um contexto de retomada do crescimento econômico.

GRÁFICO 6
Evolução do Grau de Formalização - PME



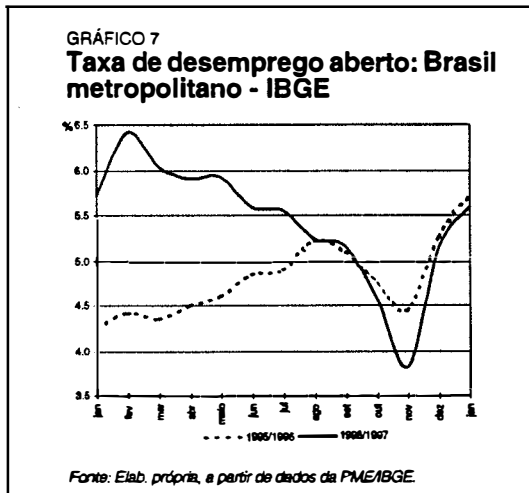
Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/BGE.

DESEMPREGO

DESEMPREGO ABERTO

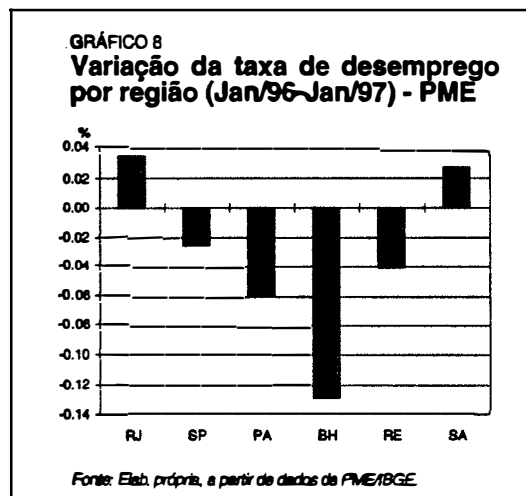
O ano de 1996 foi marcado, em sua maior parte, por uma expressiva redução das taxas de desemprego aberto, conforme os dados da PME. Este padrão contribuiu para arrefecer o debate sobre o problema, estabelecendo-se a impressão de que, assim como na questão da formalização, os elevados níveis observados no final de 1995 e início

de 1996 deviam-se mais a questões de natureza conjuntural do que a fatores de natureza estrutural. Os dados do final de 1996 e início de 1997, todavia, trazem novos elementos para a análise sobre o seu comportamento, haja vista que voltou a haver uma elevação apreciável naquelas taxas, trazendo-as a níveis apenas ligeiramente inferiores aos dos mesmos meses do ano imediante anterior (em dezembro de 1996 ela foi de 5,15%, contra 5,27% no dezembro anterior, e em de janeiro de 1997 chegou a 5,59%, enquanto 12 meses antes havia sido igual a 5,72%). Embora seja necessário esperar pelos resultados mais recentes, este recrudescimento permite conjecturar a respeito de um possível restabelecimento de um padrão sazonal para o desemprego, que tenderia a ser alto no período que se segue à produção para a formação de estoques para o Natal e à sua comercialização nas proximidades daquela data, só tomando a retomar uma trajetória de queda com a retomada do ritmo normal de atividade, após o período de férias de verão e do Carnaval. Desta forma, estaria reforçada a tese de que o comportamento ascendente em 1995 estaria relacionado com o nível de atividade da economia, e não com mudanças estruturais na questão do emprego. Neste sentido, é interessante verificar no Gráfico 7 a seguir que o comportamento das séries de desemprego é bastante parecido nos segundos semestres dos dois anos em questão, e completamente distinto nos primeiros, justamente quando o ritmo de crescimento econômico era mais díspar.

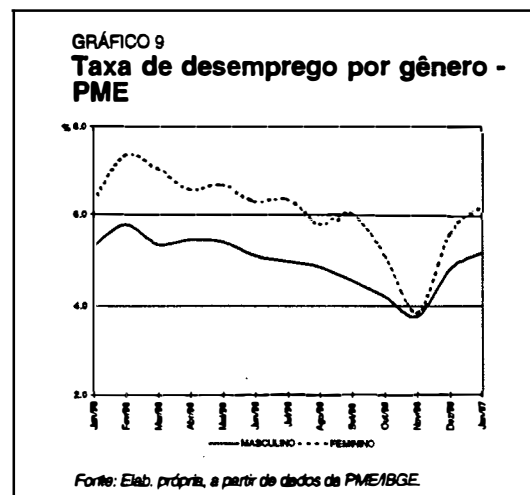


Vale notar que o mesmo tipo de evolução, embora de forma mais atenuada, foi captada pela PED (Fundação Seade/DIEESE), conforme fica claro através da comparação das taxas de desemprego para a região metropolitana de São Paulo segundo as duas pesquisas (ver Tabelas A.4.1.1 e A.4.1.2 no Apêndice). Em termos das variações regionais, o padrão comportamental é, grosso modo, semelhante ao agregado para a

maioria das regiões, com exceção de Salvador que apresentou uma trajetória mais errática. Comparando-se as taxas de desemprego de janeiro de 1996 e 1997, observa-se que houve diminuição do desemprego em São Paulo, Recife, Porto Alegre e, principalmente, Belo Horizonte, enquanto o Rio de Janeiro e Salvador experimentaram pequenos incrementos no desemprego (ver Gráfico 8).



Outra observação digna de nota a respeito da evolução do desemprego no ano passado diz respeito ao padrão diferenciado observado para homens e mulheres. As taxas femininas, embora sistematicamente superiores às masculinas, foram se estreitando ao longo do ano, até tomarem-se virtualmente idênticas em novembro, mês do pico negativo do desemprego. A partir daí ocorreu novo descolamento, de tal sorte que em janeiro de 1997 era da mesma ordem do que havia prevalecido no janeiro anterior (ver Gráfico 9). Isto permite supor que a inserção feminina no mercado de trabalho é mais vulnerável que a dos homens, sendo elas as maiores beneficiárias dos períodos de pico da atividade e as mais atingidas em tempos de retração.

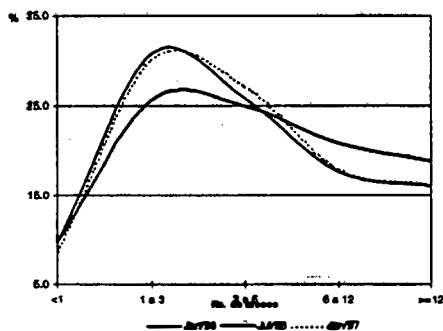


Outras características a serem ressaltadas quanto ao desemprego são:

- A elevação na virada de ano foi um traço comum aos setores de atividade, de forma mais intensa na indústria de transformação e no comércio e, em escala um pouco inferior, na construção civil e no segmento de serviços (ver Tabela A.4.3);
- A exemplo do ocorrido com o nível de ocupação, o desemprego por grupos etários tendeu a diminuir para as faixas mais elevadas e crescer dentre os mais jovens (ver Tabela A.4.5);
- todos os grupos educacionais experimentaram uma redução no desemprego durante 1996 (especialmente aqueles com educação superior), com exceção do grupo de menor escolaridade, cuja taxa cresceu de 4,08% para 4,59% entre janeiro de 1996 e 1997 (ver tabela A.4.6).

Um último comentário a respeito deste tópico está relacionado com a questão da duração do desemprego. No Gráfico 10 abaixo são mostradas as composições de acordo com diferentes faixas de duração para o início e meio do ano passado e início deste. É flagrante a semelhança entre os perfis de janeiro de 1996 e 1997, como também é clara a deterioração desta estrutura em julho de 1996. Embora isto possa ser interpretado, em uma primeira análise, como um sinal de agravamento do problema do desemprego na primeira metade do ano e melhora na segunda, pode-se argumentar o contrário. Na verdade, em função da componente sazonal de final de ano, quando muitos trabalhadores perdem os seus empregos, é natural que cresça a participação de recém-desempregados naquele contingente. Do mesmo modo, quando as oportunidades de emprego ressurgem, partindo-se de que isso venha acompanhado de uma redução nas demissões, esta participação deve diminuir. Assim em certa medida, esta aparente melhora pode ser

GRÁFICO 10
Composição do desemprego por tempo de duração - PME



Fonte: Elab. própria, a partir de dados de PME/BGE.

devida, de fato, a uma deterioração das condições do emprego no final do ano.

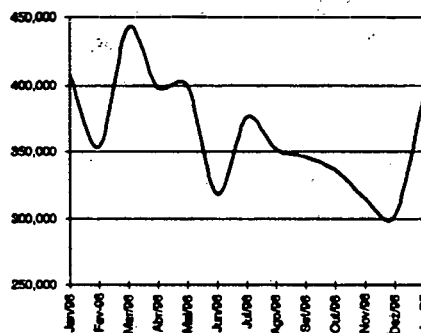
DESEMPREGO OCULTO

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Fundação Seade/DIEESE), o desemprego oculto, seja por desalento ou precariedade, vem se mantendo estável nos últimos meses nas regiões metropolitanas para onde há informação disponível, com exceção do Distrito Federal, onde ocorreu uma pequena elevação nas duas modalidades. A título de ilustração, pode-se notar nas Tabelas A.4.1.3 e A.4.1.4, que no caso de São Paulo, que possui os índices mais atualizados, entre novembro de 1996 e fevereiro de 1997, os números foram idênticos, a menos do mês de janeiro, quando houve uma elevação mínima (1,4% para o desemprego oculto por desalento - contra 1,3% para os outros 3 meses - e 3,8% para o desemprego oculto por precariedade - comparado a 3,7% para os demais meses).

SEGURO-DESEMPREGO

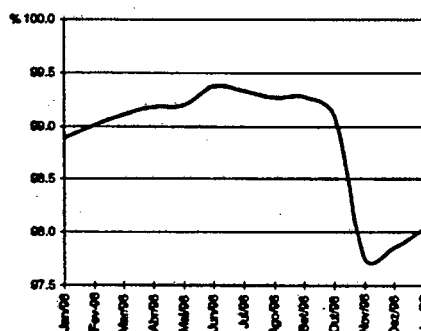
Após um prolongado período de seguidas reduções no número de beneficiários do seguro-desemprego - de julho a dezembro de 1996 - observou-se uma elevação supe-

GRÁFICO 11
Evolução da cobertura do Seguro-Desemprego



Fonte: Elab. própria, a partir de dados do MTD.

GRÁFICO 12
Evolução da taxa de concessão do Seguro-Desemprego



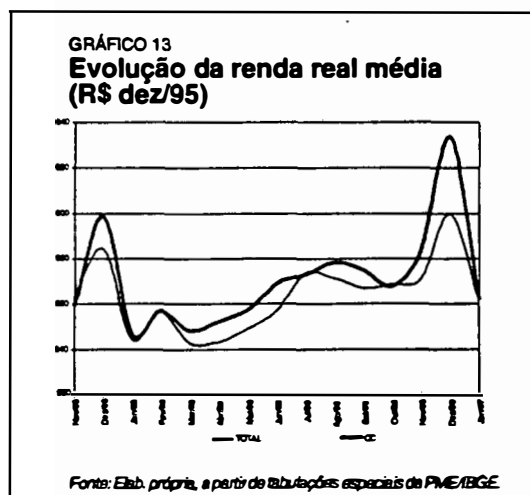
Fonte: Elab. própria, a partir de dados do MTD.

rior a 90 mil no mês de janeiro de 1997 (Gráfico 11). Apesar da taxa de concessão desse benefício ter subido ligeiramente, o principal determinante para a mudança do quadro foi a elevação no número de trabalhadores que o pleitearam, que voltou a níveis próximos dos registrados para janeiro de 1996 (ver Tabela A.5.1).

Quanto ao valor médio do seguro-desemprego, observou-se uma estabilidade quando expresso em termos de múltiplos do salário mínimo, o que se traduziu em ligeira perda em termos reais, haja vista a perda do valor real deste último.

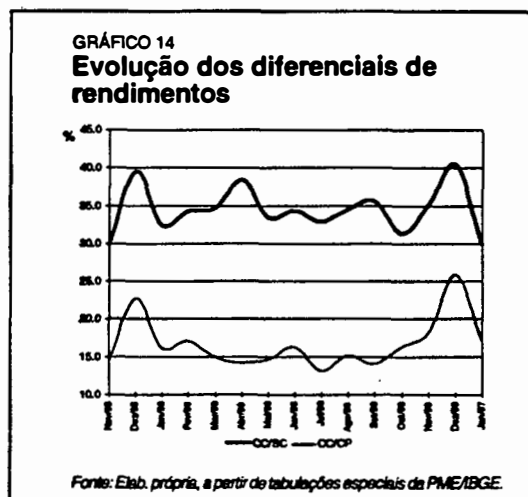
RENDIMENTOS

Embora tenha havido, segundo os dados da PME, uma queda na renda real média na virada do ano, o crescimento desta entre janeiro de 1996 e 1997 ainda foi positivo, superando ligeiramente a casa de 3%. Na verdade, conforme pode ser observado no Gráfico 13, o comportamento da renda real média nos últimos meses de 1996 e início de 1997 apresenta um padrão muito semelhante ao dos respectivos 12 meses anteriores, com elevação no final do ano e queda imediatamente posterior. Vale frisar, este comportamento foi observado para os rendimentos de todas as posições na ocupação, em especial com os trabalhadores com carteira assinada, conforme também apresentado no Gráfico. Embora seja cedo para que se possa tirar qualquer conclusão, isto pode representar um indício de estabelecimento de um padrão sazonal na formação de rendimentos no contexto de estabilização econômica.

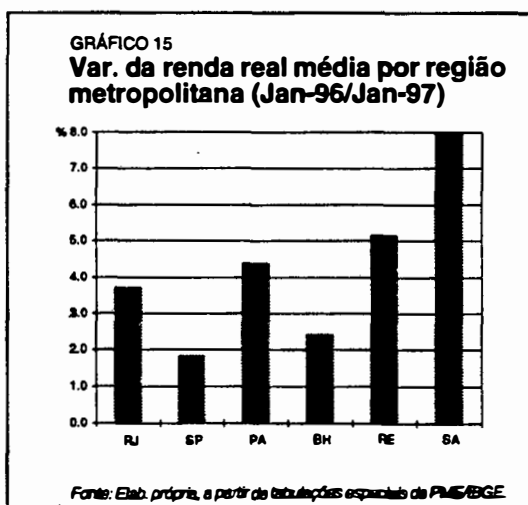


A ilação acima é, em princípio, respaldada pela similaridade da evolução dos diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores com carteira e tanto aqueles sem carteira como os autônomos, pois, embora não tenha havido grandes oscilações durante a maior parte de 1996, novamente houve variações de monta no final deste ano e

janeiro de 1997, da mesma forma que havia sido verificado na virada de 1995 para 1996 (Gráfico 14). Por certo a divulgação de resultados mais recentes para o ano corrente será fundamental para uma análise mais precisa a este respeito.



O crescimento da renda de janeiro a janeiro captado para o conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME também foi observado ao nível de cada uma delas isoladamente, ainda que com alguma heterogeneidade (Gráfico 15): enquanto São Paulo e Belo Horizonte cresceram abaixo da média (1,8% e 2,1%, respectivamente), Rio de Janeiro e Porto Alegre, cresceram pouco acima dela (3,7% e 4,4%), enquanto as metrópoles nordestinas, que são as que têm as menores rendas médias, apresentaram os maiores ganhos (5,1% para Recife e 8,0% para Salvador). Da mesma forma, o pico no mês de dezembro foi comum a todas as regiões (ver Tabela A.7.1).

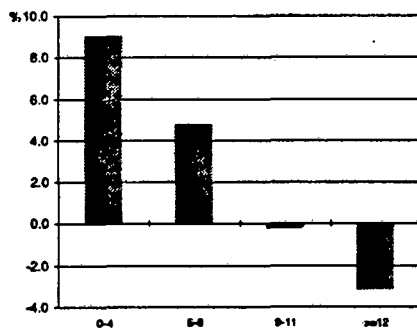


Este mesmo padrão de crescimento em dezembro e queda em janeiro foi observado em nível de setor de atividade, com exceção do segmento de construção civil, onde

houve queda nos dois meses considerados. Quanto à variação de janeiro a janeiro, embora observem-se ganhos para quase todos os setores, há exceções, pois alguns deles experimentaram perdas, às vezes consideráveis: extrativa mineral (-11,4%), Comércio (-2,6%) e, principalmente, Agricultura (-15,5%).

Talvez o traço mais interessante em relação ao comportamento das rendas ao longo de 1996 seja o que diz respeito ao corte por escolaridade. Embora, uma vez mais, os quatro grupos tenham apresentado um pico no mês de dezembro, as variações acumuladas durante o período de 12 meses, retratadas no Gráfico 16, foram bastante distintas: o grupo com 0 a 4 anos completos de estudo teve um crescimento de renda de 9% e o de 5 a 8 anos acumulou um ganho de 4,8%, enquanto o de 9 a 11 anos experimentou uma perda de 0,2% e o dos com mais de 12 anos perdeu 3,1%. Ou seja, a mão-de-obra em princípio menos qualificada logrou obter ganhos de renda e a mais qualificada acumulou perdas. Este fato, em princípio, pode se traduzir em uma redução no grau de desigualdade da distribuição dos rendimentos do trabalho, mantendo uma das características mais marcantes do Plano Real até aqui: Há que se ter alguma cautela, todavia, em relação a esta expectativa, uma vez que o desemprego aumentou entre os menos qualificados.

GRÁFICO 16
Variação da renda real por grau de escolaridade (Jan/96 a Jan/97)

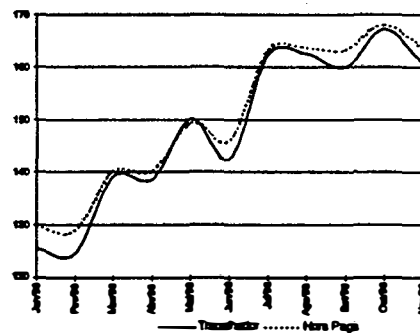


Fonte: Elab. própria, a partir de tabelações especiais da PME/IBGE.

PRODUTIVIDADE

A produtividade na Indústria de Transformação, que vinha crescendo de forma acelerada no primeiro semestre de 1996, seja por trabalhador seja por hora paga, manteve-se relativamente estável no segundo semestre (Gráfico 17). Grosso modo, os valores obtidos a partir das informações constantes da PIM/IBGE

GRÁFICO 17
Produtiv. na indústria de transformação (base: média 1991=100)



Fonte: Elab. própria, a partir de tabelações especiais da PUC-RJ.

para junho e novembro são equivalentes. De qualquer modo, em termos acumulados, houve um crescimento entre 26% e 28% nos primeiros 11 meses do ano passado.

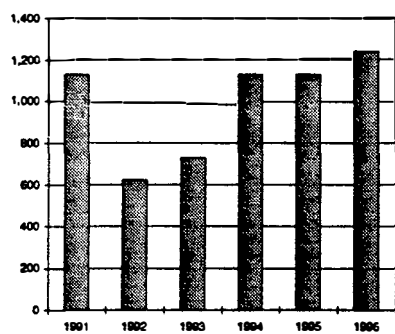
Em termos setoriais, os ganhos foram expressivos para praticamente todos os setores de atividade, com exceção de Fumo, com menos de 5%, e Perfumaria, Sabões e Velas, com virtualmente zero no conceito "produtividade do trabalhador" e menos de 5% no conceito "produtividade hora paga" (ver Tabelas A.8.2 e A.8.3). No extremo oposto situa-se o segmento de Vestuário e Calçados, com ganhos de produtividade da ordem de 45% sob ambos os conceitos.

ATIVIDADE SINDICAL

Tanto o número de greves quanto o número de grevistas, que segundo os dados da Fundação Seade/DIEESE vinham superando até outubro de 1996 o registrado para os respectivos meses de 1995, apresentaram comportamento oposto nos quatro meses subsequentes: enquanto entre novembro de 1995 e fevereiro de 1996 houve 428 greves, com 496.026 grevistas, no mesmo intervalo de tempo, 12 meses depois, estes valores foram, respectivamente, 329 e 331.724 (ver Tabelas A.10.1 e A.10.2). Tendo em vista que esta inversão teve lugar em um período onde o desemprego era menor que no respectivo mês do ano anterior, é possível conjecturar que tenha sido fruto de um menor conflito nas negociações salariais, em função dos ganhos de renda auferidos em tempos recentes e da redução do poder de barganha dos sindicatos.

É importante notar, todavia, que o número de greves deflagradas em 1996 foi o mais alto da década (Gráfico 18), atingindo a marca de 1.237 (contra 1.128 em 1991).

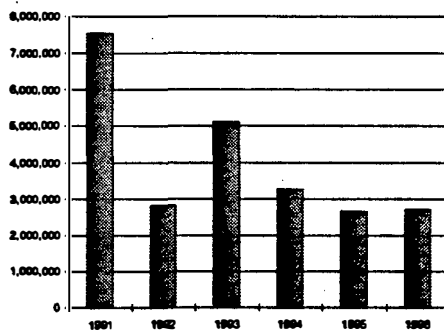
GRÁFICO 18
Evolução do número anual de greves



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da Fundação SEADE-DIEESE

Apesar disso, o número de grevistas, pouco mais de 2,7 milhões, foi basicamente igual ao de 1995, configurando uma grande re-

GRÁFICO 19
Evolução anual do núm. de grevistas



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da Fundação SEADE-DIEESE

dução em relação aos mais 7,5 milhões registrados pela Fundação Seade/DIEESE em 1991 (Gráfico 19).